

A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII)¹

Mírcia Ribeiro Fortes*



RESUMO

O presente artigo objetiva abordar sucintamente a constituição da rede de fortificações na Amazônia brasileira, durante os séculos XVII e XVIII, como ação espacial de defesa e de conquista do território por Portugal frente às invasões de outros povos europeus. Por outro lado, visa, em linhas gerais, esboçar como se deu o processo de organização hierárquica do sistema de pontos que configurou a 'produção territorial' atual.

Palavras-chave: *Região amazônica, fortificações, expansão territorial.*

ABSTRACT

This article briefly treats the organization of the network of fortresses in the Brazilian Amazon during the 17th and 18th centuries as an action by Portugal for the defense of space and land conquest in view of the invasions by other European nations. Furthermore, it seeks to roughly sketch how the process of hierarchical organization of the system of points which configured the present "territorial production" came about.

Key words: *Amazon region, fortifications, territorial expansion.*

...a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo [...] servem a este objetivo [...] as fronteiras e as disposições para a defesa destas [...] o tráfico e o desenvolvimento dos recursos do solo, em suma todos os meios que servem para aumentar a potência do Estado, cuja missão última é e continuará sendo sempre a da proteção (Friedrich Ratzel).

INTRODUÇÃO

Toda ação espacial no território permite garantir a posse e o controle sobre ele, estabelecer ordens e efetuar a integração. Entretanto, para que haja a territorialidade é necessário instalar um sistema territorial organizado

(redes, fluxos, circulações), representá-lo para obter informação e marcá-lo por limites visíveis, ou não imediatamente perceptíveis. Sobre estas práticas, Raffestin (1993) propôs a seguinte questão: "Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço".

A história da ocupação da Amazônia se enquadra nessa concepção geopolítica. E, mais ainda, por detrás da idéia de "território a conquistar" construiu-se uma significância para a Amazônia, a terra *incognitae*. A partir desta imagem avidamente explorada, surgiram outras idéias com o intuito de, a partir da difusão das mesmas, materializar estratégias geopolíticas, tais como "cristianização e paci-

*Aluna do Curso de Mestrado em Natureza e Cultura na Amazônia da Universidade do Amazonas.





ficação do gentio”, “guerras justas contra a antropofagia”, “desbravamento do paraíso”, “Rio do Ouro”, entre outras. Isto quer dizer que todos os aspectos do meio ambiente só existem para nós quando estão relacionados às nossas intenções.

Neste sentido, focalizar a rede de fortes de defesa na Amazônia brasileira, do final da metade do século XVII ao final da primeira metade do século XVIII, é, antes de tudo, reconhecer o processo de militarização que operou na dinâmica de apropriação e controle da “natureza” amazônica pela Coroa portuguesa.

Para a compreensão do significado da construção da rede de fortes no vale amazônico, deve-se depreender que esta para surgir pressupõe tessituras e implantação de pontos, visto que esse tripé constitui o sistema territorial ou essencial visível, no dizer de Raffestin. De início, torna-se necessário acentuar que a trama da rede, nos séculos XVII e XVIII, assegurou o controle do e no espaço amazônico, na medida que delimitou territórios e exprimiu a relação que os europeus mantiveram com esta porção do espaço.

A FORMAÇÃO DA REDE DE FORTIFICAÇÕES

Antes da chegada dos conquistadores luso-brasileiros na baía de Guajará, a Amazônia, no século XVI, já fora explorada por franceses, holandeses, irlandeses e ingleses, que fundaram núcleos desde o litoral do Amapá até o baixo curso do rio Amazonas, ou seja, entre o Oiapoque e as proximidades da foz do rio Tapajós.

Os franceses, com o intuito de fundar estabelecimentos, freqüentemente percorriam o litoral do Pará e do Maranhão, passando do rio Pará para o interior até 250 léguas, segun-

do a declaração do comandante francês Daniel de la Touche, quando foi preso pelos portugueses no Maranhão, em 1615 (Carvalho, 1985: 95). O referido comandante, declarou, também, para o comandante português Diogo de Campos Moreno, que havia elaborado um desenho dessa área recém-descoberta: “Vos hei de dar o desenho que fiz de tudo isto até o Pará, em que me aventurei e trabalhei muito” (Carvalho, idem).

Nota-se que os franceses mantiveram contatos com as populações indígenas antes dos portugueses:

Há que se reconhecer que o pionerismo de colonização no Norte do Brasil como uma empresa organizada cabe aos franceses numa primeira etapa, porque as duas tentativas portuguesas do século XVI, a de Aires da Cunha (1535) e a de Luiz de Mello da Silva (1539) foram fracassadas completamente (Carvalho, op. cit.: 95-96).

A presença holandesa no litoral amazônico teve início em 1599, com a construção dos fortes de Orange e de Nassau, na margem esquerda do rio Xingu, os quais em 1625 foram tomados pelos portugueses, e feitorias em Marioca (Gurupá) e Gurupatuba (Monte Alegre), a serviço da Companhia das Índias Ocidentais. Entretanto, as expedições holandesas não se limitaram apenas à costa, pois chegaram até as proximidades do rio Tapajós:

Pedro Adriansen, com 40 colonos, muitos dos quais haviam trazido as respectivas famílias, depois de visitar o Tapajós, localizou-se entre o Gurupatuba e o Jenipapo, no baixo Amazonas. Fundou uma colônia e um forte. Abriu comércio com o gen-

tio local, os Supana, encetando lavoura do tabaco e do urucu. Os resultados constataram-se no comércio regular que se processou (...) com aquele porto holandês, para onde se exportavam as especiarias amazônicas (Reis, 1982: 26).

O Conselho das Índias em Madrid, em 1615, obteve cópia de um mapa holandês que continha informações vitais e secretas da foz do rio Amazonas até o litoral da Ilha Margarita. Isso demonstra que “...os mapas podem servir (...) para sustentar pretensões territoriais...” (Dreyer-eimbcker, 1992: 227), além de que a imagem ou a representação da realidade é um instrumento de poder e de ação.

Quanto aos ingleses, desde 1594 já incursionavam pela região. Estabeleceram postos no Oiapoque e fortes como Torrego, na ilha do Tocojus (Santana) fundado em 1628, North, fundado em 1629, e Cumaú, no Amapá, fundado em 1632. Estes empreendimentos coloniais, organizados com capital privado, possuíam plantações de tabaco e de cana, e fabricavam açúcar, recebendo ajuda, para tal, de índios aliados.

Assim, como esses europeus pretendessem fixar uma base inicial de ocupação humana e econômica, através da criação de estabelecimentos mercantis e militares, já que há tempos mantinham contato de escambo com os índios e exploravam os recursos da região pois estavam vinculados a empresas comerciais monopolistas européias, os portugueses tomaram consciência do perigo que representava a presença constante desses estrangeiros no litoral norte.

Como escreve Arthur Reis:

Seus estabelecimentos já se estendiam pela costa do Macapá, região das ilhas, Xingu, aproximando-se do Tapajós. Ao lado dos estabelecimentos coloniais levantavam pequenas fortificações, que seriam raiz das praças fortes que garantiam, imaginavam, pelos tempos adiante, o domínio cujas bases lançavam com tanto êxito e sob tantas facilidades (1997: 24-25).

Para defender o território das pretensões de outros países, o governo de Portugal instalou na região um dispositivo de defesa em pontos estratégicos – as fortificações –, que lhe permitiu a exploração das riquezas naturais, até então contrabandeadas por outros europeus, bem como a penetração, a conquista e o domínio do interior, como ressalta Bertha Becker:

O controle de posições estratégicas como instrumento de apropriação do território está na raiz da formação geopolítica brasileira. Geopolítica de lógica sempre militar, que esteve presente na estratégia de conquista e defesa do território da colônia pela Coroa portuguesa por três séculos (...) nas disputas pelo controle das grandes bacias do Prata e do Amazonas... (Becker e Egler, 1994: 35).

Sem dúvida, a presença de franceses, holandeses, irlandeses e ingleses fora a questão crucial que obrigou os lusitanos a intensificar suas viagens ao longo do rio Amazonas, tanto para tomar posse de fato do território quanto para expulsá-los, o que foi feito com a ajuda de grupos tribais.





Um ano após a capitulação dos franceses no Maranhão, Francisco Caldeira Castelo Branco instala, em 1616, o Forte do Presépio (onde hoje está situado o Forte do Castelo) numa enseada do estuário do Amazonas. A fundação desta fortaleza servia como um sinal de posse, ao mesmo tempo que significava uma estrutura de defesa e de conquista do vale amazônico. Vale ressaltar que neste sítio defensivo surgiu o núcleo urbano Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Deste, partiram as ações portuguesas para expulsar os estrangeiros, o que resultara na criação de novos estabelecimentos militares e na implantação de missões religiosas, ou seja, dos primeiros núcleos de povoamento.

As ofensivas militares portuguesas iniciaram-se efetivamente em 1623, com a tomada do Forte de Marioca aos holandeses, onde posteriormente foi construído o Forte Santo Antônio de Gurupá, com o intuito, principalmente, de fiscalizar a Costa do Cabo Norte, por onde dirigiam-se as naus inimigas da Coroa lusitana para povoar e/ou comercializar com as sociedades tribais.

No ano de 1624, o Conselho de Sua Magestade recebeu um memorial que "...denunciava a existência dos preparativos em Holanda para enviar 4 navios para ir à conquista do Grão-Pará..." (Carvalho, op. cit.: 100). Os holandeses presumiam que poderiam conquistar o Grão-Pará com muita facilidade, porque argumentavam ser uma região pouco povoada e que o número de soldados portugueses não chegava a cento e trinta.

Neste sentido, em um só ano, 1624, os portugueses destruíram as fortificações holandesas de Nassau, de Orange e de Gurupatuba. E para a manutenção da fronteira norte e da margem esquerda do Amazonas, ergueram sobre as ruínas do Forte de Gurupatuba o Forte do Paru.

Os fortes ingleses de Torrego, North e Cumaú, foram tomados respectivamente em 1629, 1631 e 1632. Sob as ruínas do Forte murado de Cumaú, os portugueses ergueram o Forte de Santo Antônio, em 1688.

A primeira incursão portuguesa subindo o Amazonas, mais precisamente no rio Tapajós, foi realizada em 1626 por Pedro Teixeira. A fortaleza de Tapajós, erigida no mesmo ano, teve suma importância pela sua posição estratégica: as cabeceiras do rio Tapajós além de ficarem próximas às áreas de mineração de Cuiabá, possivelmente teriam ligação, pelo rio Cuiabá, com o rio da Prata (João Daniel, 1976: 39).

Mas foi somente com a expedição de reconhecimento da calha do rio Amazonas executada por Pedro Teixeira que o espaço amazônico torna-se da Coroa portuguesa, em nome de Felipe IV da Espanha, face à União Peninsular. Pedro Teixeira, em 1637, iniciou a viagem a partir de Cameté rumo a Quito com 47 canoas de guerra, 70 soldados e 1200 "índios de voga e guerra", e tinha como piloto o português Bento da Costa, o qual elaborou o primeiro mapa preciso do rio Amazonas. No retorno, em 1639, na confluência dos rios Aguarico e Napo fundou o núcleo Franciscano. Esta ação comandada com o objetivo de "território a conquistar", delimitou a fronteira de Portugal e de Castela. Cabe ressaltar que este procedimento já estava expresso no regimento de Bento Maciel Parente, capitão-mor do Grão-Pará (1626), citado por Carvalho (Op. cit.: 103): "Não deixar memória de qualquer nação estrangeira invasora".

Dentro do propósito de "território a conquistar" estava a orientação para uma política de ocupação:

O referido Regimento de Parente contém as normas usuais para que se estabelecesse a colonização e o povoamento. As ordens de Lisboa eram para que se aldeassem os índios e com eles, como aliados, se desse combate aos estrangeiros. (Razões de guerra e defesa) (Carvalho, op. cit.: 104).

Foi ainda no avanço da conquista do sertão amazônico que se construiu uma nova linha de fortes:

A ocupação portuguesa tinha, antes de mais nada, um sentido militar: entre 1612 e 1802, cerca de 40 fortalezas foram construídas na região, bloqueando seus acessos, por mar ou pelo interior, a outras potências (Salati, 1990: 34).

Deste modo, a fortaleza de Pauxis, situada no estreito de Óbidos, foi mandada construir pelo capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, quando este ao passar por aquele ponto achou que a situação era muito vantajosa para uma fortificação, pois as margens do rio se aproximam, formando a “garganta do Amazonas”, com aproximadamente 1.892 metros de largura. O padre jesuíta João Daniel considerou a fortaleza de Pauxis a mais importante do Pará, porque “podia atacar com suas balas” toda a largura do rio.

Outra fortaleza construída foi a de São José do Rio Negro (1669), na margem esquerda deste rio e no seu ponto mais estreito. La Condamine na sua viagem pelo Amazonas, no período de 1735 a 1745, relata que o forte era o primeiro estabelecimento português que se encontrava ao norte do rio Amazonas. Ao descrevê-lo La Condamine escreve sobre sua importância estratégica:

O rio Negro é freqüentado pelos portugueses há mais de um século, e eles fazem ali um grande comércio de escravos. Há continuamente um destacamento da guarnição do Pará acampado nas bordas, para impor respeito às nações indígenas que as habitam e favorecer o comércio de escravos nos limites prescritos pelas leis de Portugal. Ano a ano, esse acampamento volante, ao qual se dá o nome de “tropa de resgate”, penetra mais adiante nas terras (1992: 83).

Verifica-se que a fortaleza do Rio Negro era a base tanto de operação militar para toda bacia do rio Negro, contra possíveis pretensões territoriais de outros países, quanto base de operação exploratória de recursos. Vale, ademais, igualmente lembrar que o forte constituía-se em um ponto para as saídas das tropas de resgate, além de que era daí que partiam os soldados com avisos para diversos lugares próximos. Para Raffestin, os atores, nesse sentido, através de uma rede de comunicação asseguram a permanência de funções e controlam o espaço. Pode-se dizer, ainda, que a fortaleza era um *locus* de referência que, na trama da rede, ligava as ações postas na bacia com Belém, que era o centro da tessitura territorial.

A partir de 1787, a fortaleza passou a ter outra importância: protegia os pesqueiros de tartaruga no rio Solimões (Caldeirão), do qual saíam provisões para a tropa que estava alojada na Vila de Barcelos, e do lago do Puraquequara. Entretanto, esta posição foi paulatinamente perdendo importância, pois em 1831 com a narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico pelo tenente inglês Henrique Lister Maw, o Forte do Rio Negro era apenas uma guarnição com aproximadamente cento e oitenta soldados, os quais eram utilizados pa-





ra fazer ronda, em patrulha, pelas ruas da Barra (Maw, 1989: 212). O referido tenente comenta ainda que a Guarnição da Barra era um porto principal para as embarcações: *...todas as embarcações do rio, passando para baixo ou para cima do Amazonas, são obrigadas a pararem na Barra, até que haja comunicação com a vila de Barcelos...* (210)

Segundo Reis, o Forte São José do Rio Negro foi um estabelecimento muito cobiçado pelos candidatos a cargo de comandante:

Os comandantes, negociando com os sertanistas, fechando os olhos ao que eles traziam na baixada, rumo de Belém, faziam seu pé-de-meia grosso, donde a disputa que se conhecia entre os candidatos ao cargo. O comando, todavia, esteve sempre em mãos de oficial de patente reduzida: alferes e tenente (Reis, 1966: 19-20).

A ação expansionista durante o século XVIII, principalmente entre 1750 e 1780, por um lado estava repousada sobre a demarcação dos limites do território amazônico (Tratado de Limites de 1750), para garantir a posse ratificada e/ou legítima de um território disputado pelas duas Coroas ibéricas, e, por outro lado, estava vinculada à política pombalina. Neste contexto, construíram-se vários fortes nas fronteiras das áreas em litígio, tais como o de São Gabriel das Cachoeiras (1762) e o de São José de Maribatanas, no alto rio Negro, o de Tabatinga (1766), no rio Solimões, o de São Joaquim (1778), no rio Branco, e o Forte Príncipe da Beira (1776), no rio Guaporé, e reedificaram-se outros, como, por exemplo, o Forte São José de Macapá (1764), que foi equipado com 62 canhões e por um regimento de infantaria.

O Forte de São Gabriel das Cachoeiras ou da Cachoeira Grande foi edificado por dois motivos: com a preocupação de conter possíveis penetrações espanholas, especialmente jesuítas que missionando pelo Orinoco e Cassiquiari desejavam implantar domínio; e porque ali deviam descer os demarcadores espanhóis (Reis, 1966). O Comandante das Fronteiras que comandava esta fortaleza – subordinado ao oficial que comandava o Forte de Maribatanas – era também incumbido de facilitar o comércio de farinha que se fazia com os índios. Segundo um documento a lápis grafite de autoria anônima, escrito em 1762, com o título *Memória sobre o Governo do Rio Negro*, o destacamento de São Gabriel tanto guarnecia a fronteira quanto objetivava:

...conter em ordem as novas Povoações, que se estabeleceram nas vizinhanças da Cachoeira, e para poder reprimir qualquer sublevação, ou rebelião daqueles Gentios, que postos com desamparo seguirão resoluções mui contrárias ao interesse Português (Bol. de Pesquisa CEDEAM, v. 2, nº 2, p. 43, 1983).

O Forte de Maribatanas tinha a sua importância estratégica por ficar próximo das fortalezas espanholas de São Carlos e de São Filipe, esta última edificada defronte da primeira, ambas situadas às margens do rio Negro.

Como os holandeses do Suriname e os ingleses da Guiana, passando do rio Essequibo ao rio Branco pelos rios Rupununi e Tacutu, respectivamente, buscavam escravos para as plantações e procuravam relações comerciais com os índios, os portugueses ergueram o Forte de São Joaquim, que era guarnecido anualmente com uma Companhia do Regimento do Forte São José de Macapá.

No rio Solimões as autoridades portuguesas decidiram edificar o Forte de Tabatinga porque sentiam-se ameaçadas pelos espanhóis que tinham o propósito de empurrar a fronteira de Mainas, visto que anteriormente aldearam índios ao longo do Solimões, até aproximadamente a Manacapuru:

Toda a política de construção de fortalezas portuguesas na Amazônia, durante este período, deve ser analisada como uma resposta aos interesses imediatos de evitar os resgates de índios escravos feitos por colonos de outras nações (Freire et al., 1991: 44).

Na margem direita do rio Guaporé, o Capitão-General, Governador de Mato Grosso, Luiz Albuquerque Pereira Cáceres, mandou construir, em 1760, o forte N. S. da Conceição sob as ruínas da missão espanhola de Santa Rosa, o qual, em 1776, já bastante deteriorado, foi substituído pelo forte Príncipe da Beira (Barão de Marajó, 1992). Seria, provavelmente, a melhor fortificação da fronteira no que diz respeito à estrutura de sua construção. Em se tratando de seu papel estratégico, significava integrar aos domínios lusitanos zonas garimpeiras ao longo do vale do Guaporé.

É dentro desse contexto de ameaça externa, que deve ser analisada a preocupação do governo português em criar fortificações na Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Como ressalta Carvalho (1985), foram razões de segurança e de guerra que motivaram os empreendimentos de defesa e de reconhecimento, primeiramente na calha do rio Amazonas e seus principais afluentes e, posteriormente, na área da bacia hidrográfica como um todo. Entretanto, deve-se levar em consideração que o rompimento da linha de Tordesilhas tornara-se, para a metrópole por-

tuguesa, “um objetivo, e não apenas uma consequência da defesa do território” (Becker e Egler, 1994: 43).

Entendida a conquista e o domínio da região como resultante de forças geopolíticas complexas, constituiu-se uma rede de fortificações linear, porque fluvial, as quais estavam estrategicamente localizadas às margens do rio Amazonas e nas confluências deste com alguns tributários, e ao longo da fronteira, o que permitia o controle da navegação do sistema fluvial amazônico.

A rede de fortificações consistia em pontos hierárquicos e privilegiados: Forte do Presépio, Forte de Macapá, Forte São José do Rio Negro, Forte de Maribatanas e Forte de Tabatinga. E entre estes pontos, existiam pontos de menor importância: os acampamentos militares com uma pequena bateria – Desterro, Araguari, S. Pedro Nolasco, Barcelos, Curiaú, S. José, S. Antônio, N. S. de Nazaré de Alcobaça, Periquitos, Bragança entre outros – e as povoações dirigidas geralmente por um soldado, o qual ficava responsável, na maioria das vezes, por um roçado de mandioca, plantações de café, de cacau e de anil, e que tinha sob sua tutela índios descidos. Essa rede assegurava o controle do espaço amazônico, produzindo uma imagem de produção territorial que se deu através de elaboração de estratégias.

Portanto, a expansão territorial, a ocupação, a exploração da mão-de-obra indígena e de especiarias e a manutenção do território foi montada à base de instalação de fortes militares.

É possível, no entanto, admitir que a conquista da região não se limitou à construção de fortes, como base concreta de controle. Concomitantemente à criação de fortalezas, as





missões religiosas caracterizaram relações de poder: expandiram-se, reuniram indígenas, controlaram recursos e espaços. Nesse sentido, a conquista lusitana possuía uma diretriz político-religiosa, onde os jesuítas tiveram grande importância.

A Companhia de Jesus tendo um espírito militar, ou melhor dizendo, com uma disciplina militar adquirida nos ensinamentos dos Exercícios Espirituais, criara uma mentalidade de luta contra os hereges. Por conseguinte, os jesuítas não queriam apenas catequizar os índios, mas transformá-los em soldados de Cristo, pois quando do aldeamento dos gentios aplicavam-lhes disciplinas militares rigorosas. As guerras justas foram consequência desta concepção. Por isso surgiu a figura do índio militarizado – soldado contra os inimigos da Coroa portuguesa e índios revoltosos – em postos de sargento-mor e de cabo-de-canoa-régia.

No que se refere aos destacamentos militares, geralmente não passavam de trinta praças as quais nunca ficavam juntas, pois enquanto algumas iam para direção de povoações subalternas, outras eram utilizadas nas diligências de serviço (Ferreira, 1983: 160). Quanto à direção de núcleos de povoamento, os capitães dirigiam vilas e os soldados ou cabos, povoações, sendo que os principais eram utilizados pelos diretores a fazerem os descimentos a estes núcleos. Os diretores das povoações estavam vinculados ao comércio, porquanto possuíam roçados e índios empregados, e alguns cabos eram inspetores de fábricas das manteigas dos ovos de tartaruga.

Embora não seja objetivo deste trabalho, convém destacar a progressiva desmilitarização da Amazônia, motivada pelas recomendações constantes de Alvarás, Cartas régias e

Decisões que aconselhavam e estimulavam o casamento entre soldados portugueses e índias. Este estímulo era feito através de concessão de terras, de instrumentos de trabalho, de dinheiro e de armas.

O Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas, na carta dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1760, comprova tal fato referido no parágrafo anterior, quando escreve que:

(...) chegando a V^a de Ega, achey hum Dessimento [...] ao mesmo t^o tive Suma aflição overme Sem osmeyos precizos p^a contentar aquelles Índios, [...] de [...] vestuarios, e ferramentas, e como nada disto Levava [...] mevy precizado a destribuir peloz Principaes naõ Só dosmeus vestidos, etrastes do meu uso, mas ainda algúns Ruoéns, Bert^a e Ferramentas, q. Levava p^a Dotes dos Soldados q. Cazasem naquelle Rio, (...) (Universidade do Amazonas/Cedeam, 1983: 37).

De um modo geral, pode-se afirmar que as estratégias geopolíticas portuguesas na região amazônica se fizeram mediante a uma coesa rede de fortes, missões religiosas, vilas e povoações, que convergiam para os pontos centrais de São Luís do Maranhão, de Belém e do Forte de Macapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede de fortificações constituiu-se num reflexo da organização do espaço amazônico colonial pela Coroa portuguesa. Expressou a relação que os portugueses mantiveram com o território. Primeiramente, obteve-se o conhecimento das características da região e mapeamento cartográfico, feitos pelas expedições de

reconhecimento, e posteriormente delimitaram-se campos operatórios de decisões sobre a região (Tratados, Regimentos, Cartas régias, Tropas de Resgate, Guerras Justas entre outras) e de exploração (drogas do sertão, mão-de-obra escrava indígena).

A tessitura expressou a área de exercício do poder português, o qual ultrapassou o meridiano de Tordesilhas: “A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder” (Raffestin, 1993: 54). De fato, com a construção de fortes projetaram-se, mesmo que implícitas, as fronteiras e os limites com Castela.

A malha da rede abrigou os pontos de fortificação que se mantinham relacionados com outros elementos territoriais (missões religiosas, núcleos urbanos e pequenos acampamentos militares). Estes pontos simbolizavam a posição do poder português na superfície frente aos fortes estrangeiros, às invasões e aos recursos.

Se pensarmos a bacia hidrográfica como sendo a superfície “tecida em malhas”, na qual estabeleceu-se a rede de fortificações, verifica-se que foi elaborado um anfiteatro fronteiriço noroeste-oeste. Fato observável, também, é que os fortes São Gabriel das Cachoeiras, Maribatanas, São Joaquim e Príncipe da Beira estavam localizados próximos às “águas emendadas” – quando o divisor de águas de duas bacias fluviais permite a livre passagem das águas de uma bacia para outra: rio Negro/Cassiquiare/Orinoco, rio Branco/Essequibo, rio Guaporé/Paraguai. Logo, os portugueses tinham noção dos rios cujas nascentes se encontravam próximas das pretensões territoriais espanholas.

O eixo central, sem dúvida, nos séculos XVII e XVIII foi o rio Amazonas, por onde se dava a circulação dos recursos e se fazia a comunicação com a Europa. E mais, esta comunicação baseava-se nas informações que auxiliavam a gestão e o controle do espaço e do tempo amazônico pelos portugueses.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Berta K. e EGLER, Claudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. Regimento do Capitão e Governador do descobrimento do rio Amazonas Bento Maciel Parente. MS da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1621. Códice nº 7.627, fl. 132, *apud* CARVALHO, J. R. F. de. "A Consciência de Amazônia nos séculos XVI e XVII". Separata de *Bol. de Pesq. da CEDEAM*, Manaus, v. 4, nº 7, p. 89-108, jul. dez/1985.
- CARVALHO, João Renôr Ferreira de. "A Consciência de Amazônia nos séculos XVI e XVII". Separata de *Bol. de Pesquisa da CEDEAM*, Manaus, v. 4, nº 7, p. 89-108, jul. dez/1985.
- CORRÊA, Roberto Lobato. "A periodização da rede urbana da Amazônia". Separata da *Revista Brasileira de Geografia/IBGE*, Rio de Janeiro, ano 49, nº 3, 1987.
- DANIEL, João. "Tesouro descoberto no Rio Amazonas (1722-1776)". Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 95, t. 1, 1976.
- DREYER-EIMBCKE, Oswald. *O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica*. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1992.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro (1756-1815)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.
- FREIRE, José Ribamar Bessa e outros. *A Amazônia Colonial (1616-1798)*. Manaus: Metro Cúbico, 1991.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: São Paulo: EDUSP, 1992.
- MARAJÓ, Barão de. *As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. 2ª ed., Belém: SECULT, 1992.
- MAW, Henrique Lister. *Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico, através dos Andes nas Províncias do norte do Peru, e descendo pelo rio Amazonas, até ao Pará (1831)*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1989.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. "Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XII ao XX)". Separata *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v.4, nº 1, p. 65-115, julho/88.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, Arthur Cezar F. *Roteiro histórico das fortalezas no Amazonas*. Manaus, 1966.
- _____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Sup. da Zona Franca de Manaus, 1982.
- _____. *O Seringal e o Seringueiro*. 2ª ed., rev. Manaus: Edua/Governo Estado do Amazonas, 1997.
- SALATI, Enéas. "Modificações da Amazônia nos últimos 300 anos: suas conseqüências sociais e ecológicas". In: *Desafio amazônico: o futuro da civilização dos trópicos*. Brasília: Universidade de Brasília; CNPq, 1990.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/CEDEAM. *Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761): transcrições paleográficas*. Introdução de Samuel Benchimol. Manaus: Universidade do Amazonas, 1983.

